



A ESCRITA ESTUDANTIL EM PERIÓDICOS ESCOLARES NA ERA VARGAS

Eliezer Raimundo de Sousa Costa¹

Introdução

Grêmios escolares têm feito parte da história de várias instituições educacionais ao longo dos anos. Para o período analisado, apresentavam-se sob diferentes filiações, sendo literários, musicais, de ciências, pedagógico, artístico, atuando como fator de aglutinação de vários estudantes em torno dos objetivos que proclamavam, independentemente do formato que assumiam. As fontes utilizadas para essa pesquisa indicaram que essas agremiações, no caso de Belo Horizonte, adotavam procedimentos semelhantes no que se refere ao cerimonial praticado em suas reuniões, como a organização da mesa diretora e o formato das apresentações realizadas por seus membros, etc. Para as escolas do Rio de Janeiro, dado que as fontes analisadas foram os impressos resultantes do trabalho dos grêmios, não foi possível um levantamento da sua rotina ordinária

A proposta deste texto é apresentar o grêmio como mais uma das práticas educativas da cultura escolar na Era Vargas. A análise dos temas dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos gremistas, sejam as publicações em jornais ou os manuscritos nos livros de atas de reuniões dos grêmios, mostrou que eles apresentavam, em grande parte, uma temática pouco inovadora, sobressaindo-se questões patriótico-ufanistas, religioso-moralistas, dentre outras de semelhante sintonia. Estas produções assinadas pelos estudantes, mesmo considerando as características citadas acima, davam a eles um papel ativo no processo de ensino e aprendizagem. Essa participação ativa era uma das novas propostas para se praticar uma educação mais significativa, levando o estudante a ter um papel autoral no seu processo de formação, conforme propunha Anísio Teixeira que, assim como John Dewey, defendia a necessidade de se dar mais espaço ao trabalho produtivo do estudante, valorizando a sua experiência.²

¹ Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Professor EBTT do Colégio Técnico da UFMG. E-Mail: <eliezerrscosta@gmail.com>.

² NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: A poesia da ação. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000, p. 167-168.



Na Escola Normal de Belo Horizonte, através de duas figuras de destaque no meio educativa mineiro, Firmino Costa e Mario Casasanta, a organização de grêmios escolares revelava sua conexão com o pensamento educacional contemporâneo, notadamente de matriz estadunidense, do qual Anísio Teixeira era partidário, e com as necessidades que os processos de educação apresentavam, com vistas a ajustar cada vez mais o ideal republicano a uma educação que se fizesse agente de modernização³. Por isso, essas associações se revelavam como locais que favoreceriam o desenvolvimento de uma educação ativa⁴. Firmino Costa foi um político e intelectual mineiro que esteve à frente de vários empreendimentos no campo da educação, articulando as novas propostas educacionais que inspiraram, sobremaneira, a Reforma Francisco Campos de 1927 em Minas, frente às demandas de modernização que a sociedade brasileira reclamava.⁵ Mario Casasanta se destacou no período como Inspetor de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, sendo o único nome do Estado entre os signatários do Manifesto dos Pioneiros de 1932⁶. Foi também um dos intelectuais que participou, junto com Firmino Costa, da reforma da educação de Minas Gerais de 1927, contribuindo com o projeto que pretendia reformar a sociedade pela educação⁷. Casasanta considerava os grêmios como um instrumento para estimular a vivência da democracia entre os alunos. No texto, que se referia a uma conferência proferida por ele no Grêmio Lútero-social Leopoldo Pereira da Escola Normal de Belo Horizonte, ele apresentou quais seriam os objetivos dessas associações que, segundo argumentava, constituíam uma função escolar onde os alunos aprenderiam e se desenvolveriam. Assim, obedecendo ao espírito democrático, essas associações deveriam oferecer igualdade de oportunidades para todos os seus membros e deveriam se organizar conforme regras definidas, baseadas nos interesses dos estudantes. Além do espaço e horários para funcionar, bem como cores, gritos, hinos e insígnias próprias, essas associações deveriam ter o reconhecimento oficial por parte da Escola, que julgaria sobre sua necessidade, seus programas e se respeitavam a organização de forma democrática.

³ HAMDAN, Juliana Cesário. Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937). Tese de doutorado. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2007.

⁴ Dentre os diversos rótulos que se atribuía aos novos métodos e propostas em voga, Firmino Costa sempre preferiu a utilização da expressão método ativo, sobre o qual escreveu na Revista do Ensino: COSTA, Firmino. O Ensino Intuitivo da História. In Revista do Ensino. Anno III, Nº 26, outubro de 1928. pp. 26-27.

⁵ HAMDAN, Juliana Cesário. Firmino Costa: um intelectual da República e o propósito educativo (1907 - 1937) Eccos Revista Científica, núm. 29, Universidade Nove de Julho: São Paulo, Brasil setembro-dezembro, 2012, pp. 219-235

⁶ XAVIER, Maria do Carmo et all. Introdução. In XAVIER, Maria do Carmo. Manifesto dos Pioneiros da educação. Um legado educacional em debate. Rio de Janeiro. FGV, 2004.

⁷ XAVIER, Maria do Carmo e outros. Educação e modernização: Mario Casasanta e a indissociabilidade entre ação política e renovação pedagógica. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf>



Grêmios estudantis

Os grêmios analisados nessa pesquisa eram instituições que se inseriam na escola como mais um dos polos de estudo para os estudantes, tanto para as tarefas cotidianas do fazer escolar, quanto para aquelas em que se verificava a necessidade de um suporte a mais para os conteúdos acadêmicos, portanto, qualificados como prática educativa. Tratava-se de um prolongamento das atividades de sala de aula, assim como também não havia a necessidade de se manter um vínculo obrigatório com o conteúdo programático de determinada disciplina. Estudava-se e praticava-se tanto os conteúdos disciplinares, quanto, através das festividades, aprimorava-se o espírito cívico e o associativo. As regularidades encontradas no estudo dessas associações permitiram a conclusão que se tratava de um projeto de ensino ou algo semelhante desenvolvido pela escola. Deve-se retomar a ideia que a proposição do sistema de projetos é originária das propostas de John Dewey e de seu assistente William Kilpatrick. Para ambos, o projeto deveria funcionar como o impulso de vida para o verdadeiro aprendizado. Os projetos poderiam também ser pensados como uma preparação para situações reais futuras⁸. Nesse segundo sentido é que relaciono a experiência dos grêmios ao sistema de projetos. Para Mário Casasanta, grande incentivador da prática dos grêmios na Escola Normal de Belo Horizonte, era pela experimentação dos processos de organização, participação, responsabilização e estudo, que se preparavam aquelas estudantes para a vida democrática. Esses grêmios eram, além de um espaço de desenvolvimento acadêmico, um local para se garantir a sociabilidade dos estudantes e também um espaço para se praticar a vivência política. Dizia Mário Casasanta que “a vivência da democracia” se consolidava, porque a direção de cada uma dessas associações resultava de processos em que as alunas escolhiam, com maior ou menor liberdade, as colegas que iriam dirigir sua associação.

De acordo com Mário Casasanta, os grêmios deveriam ser um fator a mais no sentido de favorecer o *self-government* dos estudantes. Contudo, no texto que escreveu em 1932, os caminhos para a construção dessas organizações já estavam traçados, pois elas deveriam possuir uma série de elementos pré-estabelecidos que lhes assegurassem a identidade, como hinos, gritos de guerra, cores, etc. Precisavam da anuência da direção da escola quanto à sua conveniência ou não e, também seriam vigiadas quanto ao cumprimento e respeito às regras. Ou seja, como o mesmo já havia declarado, as regras estavam definidas por antecedência.

⁸ LOURENÇO FILHO, Manuel B. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. Rio de Janeiro: Editora UERJ; Conselho Federal de Psicologia, 2002.



A experiência dos grêmios na Escola Normal, considerando todo o acervo material pesquisado, sugeria que os mesmos eram práticas pedagogicamente orientadas no sentido do aprendizado da organização de reuniões, de cerimônias ou situações correlatas. As atividades analisadas sugeriram tratar-se de procedimentos escolares, como um projeto de estudo, dado as regularidades verificadas. A escrita de seus estatutos trazia um formato bastante previsível como a formatação gráfica (organizados em títulos, artigos, alíneas), a definição de objetivos e distribuição de papéis, as reuniões marcadas pela regularidade e organicidade, destacadas e reveladas através das suas atas (componente obrigatório de todas elas). Além disso, os tipos de trabalhos que se apresentavam, em grande parte de natureza biográfica, com o claro intuito de expor a história dos bons exemplos, levam à conclusão de que essas práticas seguiam algum tipo de orientação externa.

No Colégio Pedro II o acesso à informação sobre grêmios foi feito através da imprensa estudantil. Com a denominação “grêmio” para o período estudado encontrei nas fontes levantadas apenas três referências, *Grêmio Científico e Literário Pedro II*, *Grêmio Literário Mello e Souza* e *Grêmio Literário Gonçalves Dias* com seus respectivos jornais, *Ciências e Letras*, *Muirakitan* e *O Tangará*. Esse conjunto de fontes pode ser associado a informações provenientes de outros jornais do colégio que, embora não figurassem como órgãos de determinado grêmio, ora se apresentavam como órgão dos alunos, ora do colégio. Essa associação de fontes permitiu o estabelecimento de uma comparação com os registros da Escola Normal de forma a fortalecer a hipótese de que em Belo Horizonte a grande quantidade de instituições, a regularidade das reuniões, assim como a sua previsibilidade, se tratasse de algum projeto escolar encaminhado pelas alunas cujo controle estaria com os professores e/ou direção da escola. No Pedro II, embora a quantidade de grêmios fosse menor, a variabilidade das informações foi maior. Tais instituições costumavam se constituir porta vozes dos alunos tanto em questões relativas ao cotidiano escolar, como em planos mais amplos, defendendo o próprio colégio. Isso equivale a dizer que podiam ser reivindicadores e contestadores, embora grande parte das vezes as suas manifestações costumassem ser elogiosas.

O Arauto, periódico dos alunos do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, apresentou em textos nos seus números 2⁹ e 3¹⁰, em campanha pela instalação de um grêmio no colégio, uma perspectiva mais representativa para essas associações. Os dois textos, considerando que o segundo replicava o primeiro e ampliava um pouco mais as propostas, argumentavam em

⁹ O Arauto, n. 2, 4 de maio de 1931. P 1.

¹⁰ O Arauto, n. 3, 20 de maio de 1931. P 1.



favor de se instituir uma agremiação beneficente para os alunos do Colégio Pedro II. Esta poderia lhes dar assistência em suas causas, promover atividades recreativas e divertimentos, conferências instrutivas e literárias. Argumentavam também em favor da sua criação o papel representado pelo Colégio Pedro II no cenário nacional. Sendo referência para as demais escolas secundaristas do país, a criação e manutenção de tal associação poderia ser fator de irradiação do modelo por todo o território nacional. Especificamente relacionada à realidade do Rio de Janeiro, os alunos viam nessa associação a possibilidade de lutar para que os estudantes do curso secundário tivessem, como os universitários, direito à representação junto às Congregações ou Conselhos.

Nesse caso, o destaque estava no fator representação, não só dentro, como também fora do colégio, quando se pensa, por exemplo, em Congregações e Conselhos onde os alunos de nível universitário já tinham a sua representação garantida. Além da questão da representatividade, outro elemento de relevo foi a proposta de uma agremiação que pudesse funcionar como fator de assistência para os alunos em várias atividades, inclusive as escolares, como apontado para os grêmios de Belo Horizonte.

Na associação do Colégio Pedro II, de acordo com os relatos de *O Arauto*, o aprendizado da democracia aparentava estar associado à vivência da mesma, pois o *Grêmio Científico e Literário Pedro II* se atribuía papéis bem mais amplos do que um projeto de ensino, como era característico em Belo Horizonte. Este grêmio não se propunha apenas a ser agente capaz de dar melhor reconhecimento aos estudantes secundaristas dentro da escola, mas também na própria cidade. Além disso, dizia pretender, através de sua ação, servir de referência para outras instituições congêneres espalhadas pelo país, assim como o CPII era referência de ensino para elas. Na festa de posse da diretoria do grêmio, a diretoria do colégio, nas pessoas de Delgado de Carvalho, o diretor, Octávio Pereira, secretário, e Pinheiro Guimarães, professor, esteve presente na mesa e se manifestou sobre o papel da agremiação em conformidade com os jornais estudantis que já existiam no Colégio.

As informações apuradas em jornais dos grêmios sugerem que eles se colocavam com agentes de estímulo ao desenvolvimento da cultura intelectual das “gerações moças” através da promoção de encontros com outros grêmios, locais ou nacionais, a fim de manter e estreitar laços de amizade¹¹. No jornal *Muirakitan*¹² o texto “Perseverando”, que celebrava o quinto aniversário do *Grêmio Literário Melo de Souza*, destacava que dentre os seus interesses constava aprimorar a cultura intelectual dos seus membros, honrando os seus

¹¹ Ciências e Letras, ano V, num. 8, dezembro de 1937. P 12.

¹² *Muirakitan*, setembro de 1938. P 1-2.

professores, o colégio que os acolhera, propondo-se a promover conferências e participar de festas cívicas e patrióticas do colégio¹³. Os dois grêmios diziam investir no desenvolvimento intelectual dos seus sócios, como objetivos principais. Nisso não diferiam muito dos projetos da Escola Normal.

A *Sociedade Literária do Instituto de Educação* (Rio de Janeiro) começou a funcionar em agosto de 1941¹⁴. Idealizada pelo professor Júlio Nogueira apresentava como objetivo o desenvolvimento do gosto pelas letras e do recreativismo entre os alunos do educandário, estimulando atividades nos campos da literatura, da arte dramática, da oratória e da música.

A organização dessas associações estudantis seria um ao projeto que buscava uma participação mais ativa dos estudantes no seu processo de formação, sobretudo através da escrita que aparecia sob a forma impressa (jornais e revistas) ou o manuscrito (livros de grêmio). O ato de escrever e publicar sob os olhares da instituição, e atendendo ao seu papel formativo, demanda do leitor um olhar cuidadoso. Considerando essas nuances, busquei interpretar como esses estudantes se identificavam em alguns dos papéis sociais que lhes eram atribuídos, ou que lhes cabiam, formando uma espécie de retrato. A tendência demonstrada nesse “retrato” foi de uma juventude muito afinada com a ordem social e institucional, e bem integrada à cultura política dominante no período, embora outras interpretações, ou outros retratos pudessem ser construídos.

A escrita estudantil

Foi no governo Vargas que, no Brasil, o Estado definitivamente deu organicidade ao ensino secundário, embora ele já existisse no país desde o período imperial. Até então, ele era oferecido em sua maior parte por instituições privadas, principalmente confessionais. Dessa forma, cursar a escola secundária era um privilégio, e quando se cursava em escola pública do nível dessas, objeto de análise desse estudo, ainda mais, dado o elevado nível da disputa.

Alguns dos textos de autoria dos estudantes revelaram o orgulho que eles tinham de estudar, sobretudo, no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação, ao defenderem o uso de seus uniformes, e ao cumprimento das normas internas.

Na Revista *Instituto*, número 2¹⁵, a professoranda Herenice Auler escreveu recepcionando as novatas de 1942:

¹³ Muirakitan, maio de 1939. P 1-2.

¹⁴ No ano de 1942 seu nome foi alterado para Sociedade Literária Júlio Nogueira, em homenagem ao professor que foi seu fundador e que havia se aposentado naquele ano.

¹⁵ Instituto, n. 2, janeiro-abril de 1942. P 9 e 10.



[...] vereis, se muitos são os direitos que tendes como alunos, outros tantos são os deveres; assim, *se tendes o direito de envergare o uniforme, tendes, outrossim, o dever de honrá-lo com atitudes dignas de uma aluna do Instituto de Educação*, futura educadora; e porque o nosso ideal é educar, atentai bem para que um ato de indisciplina quando cometido por nós é muito mais grave do que quando cometido por alunos de outro estabelecimento de ensino. (destaque meu.)

Pelo artigo, ser estudante do Instituto era ser futura professora e essa condição exigia uma postura que fosse distinta dos demais estudantes, que não tinham a responsabilidade de quem envergava aquele uniforme. Ao chamamento da estudante Herenice, respondeu a novata Lucy Serrano Ribeiro, do primeiro ano, em nome das demais que chegavam naquele ano-letivo:

Ao ingressar no Instituto de Educação, a cujo quadro discente tenho a ventura de ser incorporada, assumo o compromisso de cumprir devotamente os meus deveres escolares e de honrar o uniforme, que respeito e usarei com dignidade e altivez.

Honrar o uniforme que vestiam era o reconhecimento de pertencer a uma escola que oferecia ao seu portador distinção e, porque não, dignidade. Isso motivou o estudante Carlos Brasil do Colégio Pedro II a pedir através de uma carta intitulada “Grave”, e publicada no jornal *O Arauto* número 2¹⁶ que a direção do educandário tomasse providências quanto à adoção de uniforme semelhante ao seu pelo Liceu de Niterói. Carlos Brasil assumiu a autoria de um protesto contra algo que, avaliava, poderia prejudicar a imagem do colégio, pois usar uniforme de tão reconhecida instituição, conferia dignidade a quem o vestia. Um uniforme semelhante, que apenas uma observação mais atenta seria capaz de detectar a diferença, poderia causar confusão, fazendo parecer mercedores de destaque aqueles que não o teriam. Assim, em nome dos estudantes do CPII, pedia ao jornal que fizesse chegar ao diretor a denúncia dessa anomalia.

Nesses trechos, a intenção foi registrar de que maneira os estudantes utilizaram de instrumentos de comunicação deles, para demonstrar a fidelidade e o apreço à instituição em que estudavam.

O uniforme era uma estampa visível principalmente do lado de fora da escola, revelando o verdadeiro valor do indivíduo: estudante do Colégio Pedro II, do Instituto de Educação, da Escola Normal. Dentro das paredes dessas escolas, ele não tinha mais esse valor auto exalado, afinal todos ali o usavam e por isso, os elementos de distinção tinham que ser outros.

¹⁶ O Arauto, n. 2, 4 de maio de 1931, p 5.

No jornal *Muirakitan*¹⁷ de setembro de 1938, foi publicado o “Código do Estudante”, se referindo a uma compilação de cinquenta e cinco preceitos feita pelo diretor do internado, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, contendo o “Código de Ética do Estudante”, destinado à mocidade estudantil do Brasil, sobretudo os do CPII. O artigo afirmava que todos os estudantes do Pedro II leram e meditaram sobre os ensinamentos ali apresentados e que, embora se presumissem conhecedores do referido código, um exame de consciência diria que muitas vezes eles se afastavam do bom caminho, seduzidos pelas coisas da vida, pelos impulsos ardorosos e irrefletidos da mocidade.

O Código apresentava regras que possibilitariam aos estudantes trilhar o bom caminho. Porém, sua mera existência deixou evidenciado que se havia a necessidade de se escrever um código de ética, era porque o estudante que honraria o uniforme, não estava completamente imbuído de sua responsabilidade.

A Revista *Instituto*, número 2¹⁸, na matéria “Começaram as aulas!” buscava por meio de entrevistas, colher expectativas dos estudantes que retornavam às aulas ou acabavam de ingressar no Instituto em 1942. Aparentemente as entrevistas foram conduzidas para se obter respostas previamente esperadas a respeito de ser estudante do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Pelos corredores do Instituto, a reportagem conversou com alguns estudantes em busca de impressões. “*Procurávamos ouvir alguma (...) relativa a aulas ou que a isso se assemelhasse*”. No caminho encontrou um grupo de novatas que demonstrava apreensão em torno das aulas de latim, nutrindo pelas mesmas alguns receios. No intervalo das aulas, a equipe deparou-se com outros estudantes que aguardavam em sala a chegada do professor de Ciências e conversou com eles que também se mostravam apreensivos e tentavam antecipar alguma notícia, tanto sobre a disciplina quanto sobre os professores. Enquanto um estudante dizia que pretendia estudar bastante a fim de fazer um “*curso com distinção*”, outra novata pediu a palavra para dizer que se havia no primeiro ano alguém que não pretendia morrer sobre os livros, essa era ela. Disse que tinha estudado bastante para conseguir passar no concurso da instituição, pois fez o concurso por três vezes, estando magra em função desse esforço e que agora devia descansar. Adiante a equipe encontrou seis rapazes, recém-ingressos no Instituto que demonstravam a expectativa em tomar parte da banda da escola e perguntavam sobre as disciplinas.

O cenário constituído nessa matéria ajuda a pensar como esses estudantes que frequentavam o Instituto de Educação se representavam. Essa matéria, elaborada por

¹⁷ Muirakitan, setembro de 1938. p 9.

¹⁸ Instituto, n. 2, janeiro-abril de 1942. P. 11 a 13.



“jornalistas” da revista Instituto que provavelmente eram estudantes da instituição, aponta que eles não buscavam qualquer resposta para suas perguntas, por isso não mostraram interesse pela novata que não iria se dedicar de forma intensa aos estudos. Encontraram no último grupo o que esperavam ouvir, tanto em relação às aulas quanto em relação à banda da escola. De acordo com a matéria, é possível inferir que havia tipos diferentes de estudantes dentro da Instituição, de um lado alguns que mostravam interesse nos seus processos de aprendizagem, e de outro, pelo menos uma estudante demonstrando não estar muito interessada nos estudos. Honrar o uniforme entre as paredes da escola podia ser diferente do que do lado de fora.

Nessa mesma direção o texto “*Nós, as pequenas do Instituto*”, de autoria de Clarinha, revista *Instituto*, nº 2¹⁹, fez um relato demonstrando os grupos distintos de estudantes da escola, destacando “*as estudiosas*” e “*as vadias*”. Para descrever o primeiro grupo bastou dizer que eram aquelas muito caladas, que assentavam-se sempre perto do professor e, ao receber a nota da prova, tinham prazer em usá-la para se vingar das alunas frequentadoras das festas aos sábados. Apresentado dessa forma, o grupo das “estudiosas” não carecia de subdivisão. Já o grupo das vadias era bem diferente, carregando em si vários subgrupos que a autora descreveu: 1- as namoradeiras (viviam sonhando com o namorado que, eventualmente estaria esperando por elas ao final da aula e, quando de farda, seria mais motivo para exibição); 2- as faroleiras (ostentavam um fã que nunca existiu, e que qualquer nome de rapaz que fosse sugerido, logo diziam que o mesmo era louco por elas); 3 - as rádio maníacas (sabiam todos os sucessos do rádio e seus autores, cantando todas as músicas e, por sofisticação, usavam sempre palavras em inglês – *Okey, good-bye, please* – para impressionar); 4 - as grã finas (chegavam exibindo a última moda, usando batons caros, namorando limousines e seus donos, ignorando as outras “vis mortais estudantes”); 5 - as esportistas (espirituosas, usavam gírias e adotavam um andar masculinizado apenas para impressionar); 6 - as belicosas (sempre dispostas para a briga); 7 - as apáticas (de difícil determinação do lugar que ocupavam pois, de tão tímidas, nunca falavam ou se apresentavam de modo que era difícil determinar em quais dos dois grandes grupos efetivamente se situavam); 8 - as venenosas (sempre tinha uma resposta para qualquer situação, com a língua afiada provocando intencionalmente brigas entre namorados); 9 - as práticas (observadoras e bem humoradas, se divertindo com todos os acontecimentos sem tomar parte de nenhum deles). Embora tenha estabelecido nove divisões para o grupo de

¹⁹ Instituto, n. 2, janeiro-abril de 1942. P 15.

vadias, Clarinha dizia que esses três últimos listados podiam ser encontrados nos dois grandes grupos, tanto no das estudiosas quanto no das vadias.

Voltando ao Colégio Pedro II as coisas da vida com seus interesses múltiplos pareciam ser muito chamativas, por isso a insistência no Código de Ética do Estudante. O jornal o *Arauto* já havia publicado no seu número 1^o um pequeno texto sob a forma de humor que deixava um pouco mais à vista quem era o estudante que frequentava as aulas do Colégio no início da Era Vargas. O texto trazia por título “Os dez mandamentos do estudante”:

1^o. Amarás a cola sobre todas as coisas; 2^o. ‘Não’ furarás paredes; 3^o. ‘Não’ porás kepis na fôrma; 4^o. Darás muitos cascudos na bicharada; 5^o. ‘Não’ furtarás o material de desenho de teus colegas; 6^o. Não escreverá artigos amorosos para o ARAUTO, porque senão... cestinha velha de guerra; 7^o. Não maltratarás os animais, porque não sabes o que poderás vir a ser algum dia; 8^o. Não emprestarás o ARAUTO a teus colegas; 9^o. ‘Não’ guerrearás com giz dentro da sala de aula; 10^o. Cumprirás todos esses mandamentos para no fim do ano seres... reprovado.

Estes dez mandamentos, mesmo que em tom de brincadeira, deixaram à mostra que, embora o colégio fosse símbolo da educação nacional, seus alunos transgrediam as normas ideais para um bom estudante, principalmente de uma escola como o Pedro II. Nesse sentido, a insistência na apresentação de tantas proibições pode ser indicação de que, na prática cotidiana, aquelas atitudes não eram incomuns. Apesar de ser referência para a educação nacional, condição ratificada novamente após a publicação desse jornal, pelo Decreto-lei 19.890 (Reforma Francisco Campos, 31 de abril de 1931)²¹, o Colégio Pedro II atendia adolescentes que tinham como elemento de distinção, compor junto àqueles do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e da Escola Normal de Belo Horizonte, uma elite da juventude estudantil.

De acordo com esses textos, dentro dos muros dessas escolas, existiam tanto os estudantes que se dedicavam à escola, quanto aqueles que por vezes precisavam ser lembrados sobre o seu verdadeiro papel. Especificamente sobre as estudantes, sexo feminino, que não eram de um tipo único, cabe mais um destaque. Em tempos de mudanças político-institucionais provocadas pelo movimento de 1930, verificou-se um tratamento especial para as mulheres, necessariamente para aquelas que compunham o grupo de estudantes das escolas normais. Diante da grande agitação característica dos anos 1920, e nesse caso

²⁰ O *Arauto*, n. 1, 15 de abril de 1931, p 6.

²¹ Art. 10. Os programas do ensino secundário, bem como as instruções sobre os métodos de ensino serão expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos, de três em três anos, por uma comissão designada pelo ministro e à qual serão submetidas as propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II. Decreto Lei 19890 de 31 de abril de 1931.



particular com o avanço do movimento feminista, as mudanças pós 1930 indicaram atitudes e legislação que freassem esses movimentos, quando não lhes impunha alguns retrocessos. Esse foi o quadro sobretudo da Reforma da Educação do ministro Gustavo Capanema, que delimitava o espaço e o tipo de formação atribuído à mulher ²².

Sueann Caulfield²³, tratando de moralidade sexual e modernidade no Brasil no início do século XX discutiu de que maneira o comportamento da mulher em relação à virgindade ganhou novos significados nesse período através da abordagem legal. Sua discussão considerava os processos de modernização pelos quais passava o Brasil, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, em busca de se firmar como um país civilizado. Se de um lado algumas mulheres fugindo à repressão sexual e ao casamento forçado reivindicavam a sua liberdade sexual como sinal de modernidade, de outro, em meio ao grupo hegemônico do país, notadamente no aspecto político, se encarava o poder paterno e masculino, no sentido de manutenção e proteção da mulher, como o símbolo de modernidade, determinando que o papel da mulher deveria ser doméstico, ou se admitia sua atuação em funções consideradas prolongamento do lar, como o magistério. (191-2)

Nesse mesmo sentido, Natascha Stefania Carvalho De Ostos²⁴ argumentou que ocorria um forte movimento conservador em relação às mulheres ao longo da Era Vargas, sobretudo no campo do trabalho que também servia para se opor às conquistas que elas vinham obtendo, entre elas, o direito de voto conferido em 1932. Diante dessas conquistas criava-se uma nova cultura que remetia as mulheres cada vez mais ao espaço doméstico, valorizando-se a maternidade e o aleitamento. Na verdade, protegia-se os homens garantindo-lhes o trabalho que eventualmente poderia ser exercido por mulheres. (195). Esse movimento, bem ou mal, reverberou em alguns textos.

A novata que não queria se matar sobre os livros, assim como as práticas, descritas por Clarinha, confirmavam a existência no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, uma escola que, apesar de receber matrículas de meninos, era destinada majoritariamente às meninas, de estudantes que não se conformavam ao padrão pretendido pela legislação educacional do governo Vargas. Algumas parecia buscar algo mais do que ser boas esposas, mães, e professoras.

²² Artigo 25 do Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942.

²³ CAULFIELD, Sueann. In defense of honor. Sexual morality, Modernity, and Nation in early-twentieth century in Brazil. Durham & London: Duke University Press, 2000.

²⁴ OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. A Questão Feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). Cadernos Pagu 39, julho-dezembro 2012. Pp 313-343.

Na Escola Normal de Belo Horizonte a estudante Dulce Clark escreveu uma história indicando que o casamento ideal passava pela cabeça das normalistas. Na história, Clara, sua personagem, deixou à vista que tinha entre seus projetos, o casamento ideal, contudo, não foi o que ela teve com João Carlos.

O texto “Quando a felicidade volta”, publicado na Revista *Asas*²⁵, foi iniciado com uma cena de desalento de Clara que, depois de seis anos, via a filha brincar no pátio do chalezinho onde outrora viveu com João Carlos, pai de sua filha. Clara e João haviam se casado ainda na mocidade. Ela uma “bonequinha encantadora” e ele, um “homem culto, voltado para os seus estudos e o seu trabalho” que queria fazer dela a companheira ideal. Entretanto, aquela não era a opção de Clara. O prazer que não encontrava no lar, procurava nas festas e, mesmo que depois do nascimento de uma criança da relação, não achava que a felicidade pudesse estar ali no chalezinho florido. Diante disso, decidiu-se pela separação, quando foi alertada por João Carlos de que o mal uma vez feito, não se apagaria mais. Para ele a felicidade era como um balão que, quando solto, não voltaria mais e, se o fizesse, voltaria queimado. Depois de seis anos da separação, ela não suportando a saudade acumulada, voltou ao chalezinho branco onde foi recebida por João Carlos que lhe disse: “*aí está a sua casa Clara...*”. Foi recebida por um marido que lhe sorria e por uma filha que tagarelava e a olhava com desconfiança. Ela se sentia estranha naquela casa, pois sua filha já não mais lhe saltava ao colo com a confiança de outrora e pronunciava um frio “*mamãe*” diante de um “*apaixonante papai*”. Certo dia, escutando João Carlos contar uma história para Marília, a filha, pôde rever e reinterpretar o mal que havia provocado. Era uma história sobre uma princesa que havia perdido a confiança das fadas porque havia fugido da floresta. Clara sentiu que a história poderia ser sua, pois, apesar de o marido a ter acolhido em casa, já não compartilhava com ela assuntos de seus negócios, contrariedades e esperanças, e nem a filhinha a procurava mais. Entre pai e filha, tão amigos, ela sempre seria uma estranha onde antes poderia ter sido uma rainha. Clara se lembrava da frase dita antes de sua saída, de que o mal uma vez feito, não se apagaria mais. Assim, concluía Dulce Clark, ela ficava com saudades do tempo que o marido confiava nela e a filha, com seus cachos escuros, encostava-se em seu ombro.

Dulce Clark evidenciou qual deveria ser o papel da mulher enquanto esposa e mãe. Clara, esposa iludida com outro mundo, deixou escapar de suas mãos o reino encantado do lar onde seria a rainha, mesmo que esse mundo lhe provocasse alguns aborrecimentos. Ela era um tipo de mulher não adaptada a esse mundo de rainha. Não houve um questionamento

²⁵ Revista *Asas*, n 3, outubro de 1933. P. 3 e 13.



da maternidade, mas ela deixou transparecer a não aceitação daquela condição de mulher-esposa: uma rainha sem identidade. O que transparece do texto de Dulce Clark é que as normalistas tinham suas próprias vontades, incluindo o casamento, porém, com espaço onde pudessem se realizar como pessoas, esposas e mães, tendo autonomia, liberdade e protagonismo, e não ser simplesmente um adereço bonito e brilhante na vida do marido.

Se o casamento de Clara não foi exatamente o que ela pretendia, a Revista *Instituto* número 1²⁶, mostrou através da peça de teatro “Aviação”, de autoria da aluna Marina de Carvalho, outra personagem perfeitamente adaptada e feliz no casamento. Essa peça foi premiada e publicada na revista.

A peça, dedicada à aviação, se dividia em dois quadros, ambos divididos em quatro cenas cada um. O primeiro quadro se passava em 1903 e o segundo, em 1941. No primeiro quadro, um diálogo entre três irmãs, Leila, Marta e Ruth, e no segundo, além de Marta e Ruth, mais duas personagens: Leila, que nesse quadro é neta da primeira sua homônima e Vera, sua mãe, nora daquela. O elemento que unia os dois quadros era a aviação. No primeiro quadro, as três irmãs, Ruth com 14 anos, Marta com 18 anos e Leila com 24, já casada e mãe de um filho, Alberto, conversavam sobre o dia da véspera quando ocorreram dois fatos importantes, um foi o baile onde Marta teria dançado e conversado com Aloísio, cadete por quem estava enamorada e o outro, a chegada ao Rio de Janeiro, de Alberto Santos Dumont, por quem Leila tinha grande admiração. Seu maior desejo foi o de ser aviadora, porém se casou e tornou-se mãe. Confessava não ter deixado de sonhar e deixava escapar que algumas coisas são para os homens, mesmo tendo afirmado antes que as mulheres também poderiam exercer perigosas funções. Contudo, se dizia muito satisfeita com a sua condição de mulher e, abdicando do seu sonho de ser aviadora, dizia que “*a mulher não pode exercer outras funções simultaneamente com a de educar, seja ela mãe, seja ela professora...*”. No quadro 2, 38 anos mais tarde, Leila já havia falecido, assim como seu filho Alberto, que teria se tornado aviador e morrido em ação, voando e lutando pelo Brasil. Nesse quadro, Ruth e Marta conversavam com sua sobrinha neta, Leila, filha de Alberto e Vera, que tinha o mesmo sonho da avó: ser aviadora. Ela precisava da autorização de sua mãe para cumprir esse objetivo, porém, ressentida pela perda do marido, Vera resistia em autorizar a filha a seguir os seus sonhos. No final, cedeu aos argumentos apresentados pela filha e pelas tias do marido.

²⁶ Instituto, n. 1, outubro-dezembro de 1941. Pp 27 e 33.



Na peça, a primeira Leila, em nome do ideal de família, abriu mão do seu grande sonho e dos seus projetos, embora sempre os cultivasse, mantendo-se informada e estudando tudo o que se relacionava à aviação e a Santos Dumont. Sua admiração por ele era tão grande que dera o seu nome ao seu filho. Por que renunciar ao seu sonho? Porque a responsabilidade de formar e educar uma família falou mais alto. O papel de educar, seja na condição de mãe ou de professora, exigia da mulher dedicação total e por isso, ela não mostrava nenhum arrependimento, demonstrando-se muito bem ajustada a essa situação. Nesse sentido, Leila cumpriu o papel que lhe estava social e culturalmente reservado. Diferentemente de Clara, Leila se encontrou perfeitamente dentro do casamento. A história de Marta ficou sem continuidade, não se casou porque que Aloísio se mudou e não voltou. A certeza que se pode ter sobre Marta é que o rumo traçado para as mulheres - casamento, maternidade ou professora - podia mudar ao longo de sua trajetória. De toda forma, tanto Marta quanto a segunda Leila romperam com a tradição. A primeira não se casou nem se tornou mãe e a segunda se tornaria aviadora. Já Clara, buscou outra alternativa, mas ao fim, voltou para o casamento e para a maternidade. Dulce Clark não contou o restante da história...

Conclusão

De acordo com Jorge Ramos do Ó²⁷ desde o final do século XIX vinham ocorrendo em países europeus e nos Estados Unidos da América, mudanças nos procedimentos escolares ancoradas nas novas propostas da renovação da educação, conferindo maiores responsabilidades ao estudante dentro do espaço escolar e possibilitando a construção de uma nova relação entre os sujeitos. Atribuir mais responsabilidades ao estudante implicaria colocá-lo no *governo de si mesmo*, tornando o processo educativo mais significativo.

Foi a partir dessa perspectiva que analisei os grêmios e a escrita estudantis: como iniciativas criadas para estimular os estudantes a exercer algum protagonismo nos seus estudos, e enfim, praticar seus conhecimentos. Na sua organização os estudantes eram estimulados a se associar, construir, constituir e eleger lideranças, organizar cerimonial, elaborar e apresentar trabalhos, representar os demais, escrever sob diferentes formatos (matérias jornalísticas, poesias, peças de teatro, contos, etc). Participar dessas associações funcionava como um treinamento prático para várias situações que esses estudantes vivenciariam na vida adulta, participando da vida coletiva, em situações democráticas, ou marcadas por contexto autoritário. Esperava-se que os estudantes, através das atividades dos

²⁷ Ó, Jorge Ramos do. O Governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa e Autor, 2003.



grêmios, fossem capazes de pensar de forma coletiva, sempre sobrepondo ao interesse individual, o interesse do grupo.

Segundo Jorge do Ó²⁸, um dos elementos centrais nessas práticas era fazer da escola um organismo que permitisse formar pessoas proativas, com disposição e capacidade de ação na sociedade. Para exemplificar registrou uma experiência que estava em desenvolvimento nos Estados Unidos da América do Norte, na *George Junior Republic*. Essa era uma escola fundada em 1895 com objetivos filantrópicos, tendo em vista recolher e abrigar crianças desamparadas e em situação de risco social. Foi organizada segundo o modelo do *self-government*, onde o governo seria feito pelas e para as crianças e adolescentes ali abrigados.²⁹ Ela funcionava como uma mini república, com leis e moedas próprias. O lema da escola era “*Nothing without labor*” que, a propósito, estampava a capa do jornal produzido pela escola, o *Citizen*. Dentre os vários temas discutidos em suas páginas, que tratavam inclusive de política internacional, no seu número 3, de 1913³⁰, destacava a campanha pelo direito do voto das mulheres nos Estados Unidos. Em favor dessa campanha, dizia que esse direito era já uma prática na escola (já que a mesma pretendia funcionar como uma *sociedade miniatura*).

O relatório do *Bureau Internationale d'Éducation* de 1930, analisando em várias partes do mundo os resultados da aplicação do ideal de *self-government*, demonstrou que, além de melhorar o desempenho acadêmico e as questões disciplinares, os alunos despertavam para novos interesses e vocações. Os clubes, ou agremiações, escolares oportunizavam situações onde os estudantes podiam aprofundar temáticas despertadas pelo currículo que, dadas limitações próprias à dinâmica das aulas, só teriam espaço para sua ampliação fora da sala. Assim, nas reuniões dos clubes se desenvolviam a música, o teatro, a literatura, a astronomia, a zoologia, a etiqueta e, enfim, a vida comunitária dos estudantes.³¹

Grêmios e escrita, portanto, foram instrumentos que preparavam os estudantes para a autonomia, o *governo de si*. No entanto, a escrita produzida em ambiente escolar, no seu cotidiano, assim como hoje, demandava cuidados como saber o que escrever, para quem escrever e, naturalmente, como escrever. A situação em que a escrita seria colocada à mostra poderia ser uma atividade escolar, restrita ao escritor e um leitor, o professor, por exemplo,

²⁸ Ó, Jorge Ramos do. Op. cit.

²⁹ HULL, William I. The George Junior Republic. In *Annals of the American Academy of Political and Social Science* vol 10. Sage Publications Inc. <http://www.jstor.org/stable/1009770>. Jorge do Ó afirmava sobre essa escola que, sua experiência também vinha das “*franjas sociais*”, ou seja, nos extremos sociais, assim como foi a experiência de Maria Montessori e de Ovide Decroly.

³⁰ *Woman Suffrage*. By Mary A. Capitella. The *Citizen*. George Junior Republic. Vol. 16, Freeville, NY, november, 1913, n. 3. P 59.

³¹ Ó, Jorge Ramos do. Op. Cit, p 154-5.



ou a mais de um leitor - os colegas ou mesmo a comunidade escolar. De toda forma, o ato de escrever, principalmente na escola, não poderia ser considerado solitário, pois implicava, no mínimo, duas partes: sendo uma quem escreve e a outra para quem se escreve³². Além disso, a escrita escolar, na maioria das vezes, é uma demanda da escola, por isso o escritor precisa ser compreendido como pertencente a esse grupo social que forma uma de suas redes de sociabilidade e de influência³³. Anne-Marie Chartier³⁴, ao estudar os exercícios escritos de alunos na França entre os anos de 1880 e 1990, concluiu que os escritos escolares são “semipúblicos” e, por isso, devem ser feitos de forma a não expor o escritor nem a instituição frente à família, à religião e à política, por exemplo.

A escrita analisada nesta pesquisa foi a escrita escolar feita fora do ambiente da sala de aula, mas dentro da escola, não pretendendo dizer que ela se fazia de forma independente da aula. Essa escrita se apresentava em diferentes tipos de textos: uma ata, um relatório, uma reportagem, uma reivindicação, um poema, um conto, uma crônica ou outras formas que se encaixassem nos portadores considerados - livro de grêmios, jornais e ou revistas estudantis. O que pretendi demonstrar é que, apesar das ressalvas, ela era feita pelos próprios estudantes, de forma autoral.

Os estudantes foco de estudo nessa pesquisa frequentavam o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, a Escola Normal de Belo Horizonte, e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Ambas eram escolas referência no seu campo de atuação, seja nacional, ou local, portanto, apesar de públicas, não eram gratuitas e, portanto, atendiam a parcelas bem determinadas da sociedade. Até porque, nas décadas de 1930 e 1940, a universalização da educação escolar ainda não se colocava como objetivo das políticas para esse campo. Daí que, como afirmado na introdução, e um pouco mais acima, quando tratei da escrita escolar, o texto que saiu das mãos desses estudantes, fossem os rapazes, fossem as moças, demonstravam um elevado grau de conformação com os referenciais sociais dominantes, sobretudo para a classe média.

Mesmo destacando algum tipo de rebeldia, na maioria das vezes isso era feito em tom de brincadeira, sem contestar o confrontar a ordem escolar. O que mais ficava evidente nas análises dos textos, era o orgulho de ser estudante daquela escola e, mais ainda, como elas representavam para eles, fator de distinção e reconhecimento social. Por isso o zelo e o apego

³² ARCOVERDE, Maria Divanira de Lima; ARCOVERDE, Rossana Delmar de Lima. *Leitura, interpretação e produção textual*. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

³³ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita*. In GALVÃO, Ana Maria de O. et al (orgs). *História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. Pp 9-46

³⁴ CHARTIER, Anne-Marie. *Práticas de leitura e escrita. História e atualidade*. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2007.



ao uniforme. As moças por sua vez, estudantes normalistas, embora demonstrassem desejos alternativos aos prescritos socialmente, de uma forma ou de outra cumpriam a prescrição. Vale ressaltar que, no caso das moças, as prescrições, de acordo com Sueann Caulfield e Natascha de Ostos, se destinavam a conter o avanço o movimento feminista que vinha se fortalecendo no Brasil já há algum tempo. Isso porque, para Raquel Soihet, a realidade das mulheres não pertencentes aos grupos médios e altos, era bastante distinta.

Por fim, as práticas educativas estudadas nesse trabalho buscavam promover jovens estudantes de classe média algum protagonismo, mas, atendendo a um dos pressupostos indicados por Gustavo Capanema quando propôs e conduziu os debates que resultaram na lei que levou seu nome, reformando a estrutura de ensino no país em 1942: era preciso formar os novos governantes do Brasil. Por isso, autonomia na escrita, na organização, mas seguindo roteiros pré determinados.



Referências

ARCOVERDE, Maria Divanira de Lima; ARCOVERDE, Rossana Delmar de Lima. *Leitura, interpretação e produção textual*. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN, 2007.

CAULFIELD, Sueann. *In Defense of Honor*. Sexual morality, Modernity, and Nation in early-twentieth century in Brazil. Durham & London: Duke University Press, 2000.

CHARTIER, Anne-Marie. *Práticas de leitura e escrita*. História e atualidade. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2007.

COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa Costa. *Os Grêmios escolares e os Jornais estudantis: Práticas Educativas na Era Vargas*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2016. Tese de doutorado.

COSTA, Firmino. O Ensino Intuitivo da História. In *Revista do Ensino*. Anno III, Nº 26, outubro de 1928. pp. 26-27.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e narrativa: elementos para a construção de uma história da cultura escrita. In GALVÃO, Ana Maria de O. et al (Orgs). *História da Cultura Escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. Pp 9-46.

HAMDAN, Juliana Cesário. *Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2007.

HAMDAN, Juliana Cesário. Firmino Costa: um intelectual da República e o propósito educativo (1907 - 1937) *Eccos Revista Científica*, núm. 29, Universidade Nove de Julho: São Paulo, Brasil setembro-dezembro, 2012, pp. 219-235.

IX CBHE História da Educação: global, nacional e regional



HULL, William I. The George Junior Republic. In *Annals of the American Academy of Political and Social Science* vol 10. Sage Publications Inc. <http://www.jstor.org/stable/1009770>.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. Rio de Janeiro: Editora UERJ; Conselho Federal de Psicologia, 2002.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: A poesia da ação*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000. P 167-8.
Ó, Jorge Ramos do. *O Governo de si mesmo*. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa e Autor, 2003.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. A Questão Feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). *Cadernos Pagu* 39, julho-dezembro 2012. Pp 313-343.

XAVIER, Maria do Carmo et all. Introdução. In XAVIER, Maria do Carmo. *Manifesto dos Pioneiros da educação. Um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro. FGV, 2004.

XAVIER, Maria do Carmo e outros. *Educação e modernização: Mario Casasanta e a indissociabilidade entre ação política e renovação pedagógica*. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf>